



I - DESENVOLVIMENTO COM EXPANSÃO
DO EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA



I – DESENVOLVIMENTO COM EXPANSÃO DO EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

O ano de 2011 foi marcado por intensos desafios, principalmente no campo econômico devido ao agravamento da crise financeira internacional, iniciada em 2008.

Nos Estados Unidos, marco inicial da crise, a falta de dinamismo econômico tem levado à revisão das expectativas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). O Fundo Monetário Internacional (FMI), por exemplo, prevê que a economia estadunidense deverá ter crescido apenas 1,8 % em 2011. Para 2012, também projeta crescimento de apenas 1,8 %. O próprio Federal Reserve (FED), o Banco Central dos EUA, vem reduzindo suas expectativas para o crescimento nos próximos anos, mantendo, ao mesmo tempo, em níveis elevados as projeções de desemprego.

A falta de espaço político para estímulos fiscais mais efetivos torna as perspectivas da principal economia do mundo pouco alentadoras. As discussões políticas sobre a elevação do teto da dívida provocaram, em meados de 2011, o impensável risco de *default* na economia norte-americana. Seguiram-se a esse evento a redução da confiança dos agentes econômicos e o rebaixamento do risco soberano dos Estados Unidos por uma agência de classificação de risco. Os dados mais recentes apontam para crescimento econômico melhor do que o esperado no curto prazo, mas permanecem entraves estruturais que limitam o crescimento no longo prazo.

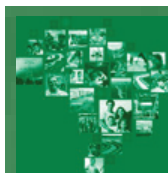
Contudo, a situação econômica mais sensível é a da economia europeia. A incapacidade de retomar o crescimento sustentado na Europa tem acarretado graves consequências para as contas públicas de alguns países do continente e para o setor financeiro privado da região. A crise financeira gerou, portanto, uma crise da dívida soberana. Esta, por sua vez, se não for resolvida com celeridade, poderá encadear outros problemas, tais como o aumento do risco financeiro soberano com reflexo sobre o mercado de crédito privado, dada a grande exposição dos bancos privados aos títulos governamentais.

As autoridades europeias têm se empenhado em resolver os problemas da região, a exemplo das decisões acordadas entre os líderes, no início de dezembro de 2011, que se comprometeram com um “novo acordo fiscal”, cujos principais pontos são: i) o déficit público estrutural de cada país não pode exceder 0,5% do PIB em termos nominais; ii) os países que descumprirem a regra fiscal estarão sujeitos a sanções estabelecidas pelo tratado, a não ser que a maioria dos membros da área do Euro se oponha às medidas de sanção; e iii) a Comissão terá que monitorar e avaliar a preparação e o desempenho orçamentário dos países-membros.

Ainda nessa linha, os líderes europeus também concordaram em acelerar os aportes de recursos para o Fundo de Estabilização Fiscal (EFSF) e a entrada em vigor do Mecanismo de Estabilidade Europeia (ESM) para julho de 2012. O Banco Central Europeu será o agente do EFSF e houve acordo para que a Zona do Euro e outros Estados da União Europeia realizem provisão de 200 bilhões de euros na forma de empréstimos bilaterais para o FMI.

Nesse ambiente de incertezas e indefinições, o melhor cenário, segundo as projeções divulgadas pelo FMI, é uma economia mundial avançando em ritmos diferenciados, com baixo crescimento dos países ricos e maior dinamismo das economias emergentes. Entretanto, a redução da demanda global afetará o crescimento das economias emergentes, particularmente tendendo a desacelerar o nível de atividade da China que sofrerá com o desaquecimento das economias avançadas, uma vez que suas exportações correspondem a cerca de um quarto do PIB e seus principais parceiros comerciais são os países desenvolvidos.

Desde 2008, o Governo brasileiro vem implementando uma política macroeconômica consistente e direcionada ao enfrentamento dos problemas causados pela crise, notadamente medidas econômico-financeiras contracíclicas. Entre 2008





e 2009, estímulos fiscais e monetários/creditícios foram fundamentais para mitigar efeitos deletérios da crise de crédito internacional. O resultado foi uma rápida recuperação da atividade econômica no País, culminado com um expressivo crescimento de 7,5% do PIB em 2010.

Dada esta performance, ainda em 2010, quando as economias mundiais mostravam alguns sinais de recuperação, iniciou-se a retirada dos estímulos. Mais do que isso, em uma ação eficiente, foram adotadas medidas de administração dos fluxos de capitais, e medidas macroprudenciais diversas, também visando ao controle da expansão do crédito doméstico, além do uso da taxa de juros como instrumento tradicional de política monetária.

Comparando com 2008, início da crise internacional, o País chega em 2011 em melhor situação para enfrentar a atual deterioração no cenário global. As reservas internacionais passaram de US\$ 206,5 bilhões, em setembro de 2008, para US\$ 352 bilhões, em dezembro de 2011, aumento de aproximadamente 70%, atingindo cerca de 15% do PIB. O total de depósitos compulsórios das instituições financeiras (mais de R\$ 450 bilhões) também é bem superior aos níveis verificados em 2008 (R\$ 253 bilhões, em setembro daquele ano).

No plano doméstico, o ano de 2011 iniciou com incertezas sobre a evolução da economia brasileira, em virtude do crescimento acelerado em 2010. Os primeiros meses de 2011 também foram marcados por um aumento na inflação em virtude, principalmente, da alta nos preços das *commodities*. Além disso, havia dúvidas do mercado sobre o cumprimento das metas fiscais e expectativa de aumento no déficit em conta-corrente. Contudo, ao longo do ano ficou demonstrado, novamente, que o Brasil tem capacidade de reação e dispõe de amplos instrumentos de política econômica para enfrentar os desafios que lhe são apresentados.

Tais incertezas, presentes no começo de 2011, ensejaram a necessária adoção de medidas contracionistas. Na política fiscal, o Governo estabeleceu significativo processo de consolidação das contas públicas, assegurando o cumprimento das metas. Na política monetária e creditícia, houve elevação gradual na taxa básica de juros, de 10,75% ao ano até 12,50% ao ano, entre janeiro e julho de 2011, além da adoção de medidas prudenciais de controle da expansão no crédito.

Quanto à política cambial, foram adotadas medidas que desestimularam a entrada de capitais voláteis no País. Paralelamente, realizaram-se intervenções diretas no mercado de câmbio que arrefeceram a trajetória de sobrevalorização do Real. Também devem ser destacadas as alterações nos recolhimentos compulsórios de instituições financeiras sobre a posição vendida de câmbio, bem como a elevação do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF), tanto nas transações diretas com moeda externa quanto em operações de câmbio com cartão de crédito. Além disso, a Lei nº 12.543, de 8 de dezembro de 2011, atribuiu ao Conselho Monetário Nacional (CMN) competência para intervir no mercado de derivativos, estabelecendo limites de valores e prazo e determinando garantias adicionais quando julgar necessário.

Em virtude das medidas supracitadas, o crescimento do PIB desacelerou de 7,5%, em 2010, para 4,9% no acumulado em quatro trimestres, até junho de 2011. Essa desaceleração da economia foi ampliada no terceiro trimestre do ano, também refletindo o recrudescimento da crise internacional.

Contudo, mais uma vez o Governo utilizou os instrumentos necessários para enfrentar os desafios apresentados. No final de agosto, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil decidiu não somente interromper o movimento de elevação como reduziu a taxa básica de juros (Selic) em 0,50 ponto percentual. A partir de então, iniciou-se um ciclo de afrouxamento monetário com reduções graduais na taxa básica de juros, encerrando 2011 com 11% ao ano. Em janeiro de 2012, o Copom decidiu reduzir a taxa básica para 10,5% ao ano. Em novembro de 2011, o agravamento abrupto do cenário econômico internacional foi determinante para o Banco Central retirar algumas restrições ao crédito impostas pelas medidas macroprudenciais adotadas no final de 2010.





No início de dezembro, diversas providências complementares de desoneração fiscal foram anunciadas, tais como: redução de tributos para produtos da linha branca e da construção civil; redução do PIS/Cofins de massas; redução do IOF para pessoa física; eliminação de tributo para aplicações de estrangeiros nas debêntures de infraestrutura; e barateamento do IOF sobre aplicações de estrangeiros em renda variável na Bolsa de Valores. Também foi renovada a redução de tributos de caminhões, utilitários e máquinas agrícolas, para apoiar a agricultura nacional. Essas medidas de estímulo, contudo, não alteraram a condução responsável da política fiscal que, inclusive, contou com a elevação da meta de resultado primário, em 2011, em R\$ 10 bilhões.

Dessa forma, constata-se que uma importante estratégia do Governo Federal é, além de fortalecer os fundamentos da economia, com estabilidade macroeconômica, aprofundar as iniciativas de aumento da produtividade, reforçando a qualificação da força de trabalho, os estímulos à inovação tecnológica e os investimentos em infraestrutura, dentre outras. O objetivo é promover o ingresso de investimentos produtivos e o adensamento de cadeias industriais.

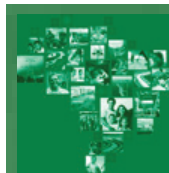
Nesse sentido, ainda em 2011, devem ser ressaltadas outras medidas governamentais. Além das novas etapas do PAC e do Minha Casa, Minha Vida, que gerarão mais emprego, progresso e melhora na infraestrutura, o Governo anunciou, em agosto de 2011, um conjunto de iniciativas para fortalecer a indústria doméstica, sintetizadas no Plano Brasil Maior. São diversas medidas de comércio exterior, desoneração tributária e valorização aos produtos com maior conteúdo fabril local, entre outras. Merecem destaque os programas de estímulos à inovação por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e a política de margens de preferências para produtos nacionais para as compras governamentais, iniciada em novembro com os setores de calçados e confecções.

Para incrementar o processo de expansão do mercado interno, as Micro e Pequenas Empresas foram valorizadas, sobretudo a partir da ampliação do Simples Nacional. Foram elevados os limites de faturamento das microempresas que optam pelo Supersimples, de R\$ 240 mil para R\$ 360 mil; e para as pequenas empresas subiu de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,6 milhões.

Também houve correção de 4,5% na tabela do Imposto de Renda para pessoas físicas e mudanças no Microempreendedor Individual (MEI). Até o ano passado, para esses microempreendedores pagarem menos impostos, eles não poderiam faturar mais de R\$ 36 mil por ano. Agora, esse limite será de R\$ 60 mil, ou R\$ 5 mil por mês. Com essa medida, os microempreendedores individuais passaram a ter acesso à Previdência Social e estão sendo estimulados a expandir e a formalizar seus negócios.

Adicionalmente, o Governo Federal vem adotando uma agenda de iniciativas com vistas a fortalecer a competitividade da produção doméstica e da cadeia produtiva exportadora, além de estimular o investimento e a inovação. Com esse foco, no âmbito do Plano Brasil Maior, foram implementadas as seguintes medidas: desoneração da folha de pagamento de setores específicos como confecções, calçados e *software*; regime especial automotivo, o qual concede incentivo tributário à indústria como contrapartida ao investimento, agregação de valor, criação de emprego e aumento da inovação; devolução de créditos do PIS/Cofins por investimento em bens de capital; desoneração tributária dos *tablets*, em uma política de atração de novos investimentos no setor eletroeletrônico; e harmonização de políticas de financiamento que concilia as condições de financiamento dos bancos públicos com recursos da União, dentre outras. Especificamente em relação ao comércio exterior e com o objetivo de aumentar a competitividade das exportações, agilizou-se a devolução de créditos tributários federais acumulados, instituindo o Regime Reintegra, que devolve créditos residuais acumulados na cadeia produtiva em até 3% do valor exportado de manufaturados.

Vale destacar também a nova etapa do Programa BNDES Revitaliza, destinado a apoiar os setores mais afetados pela valorização cambial. Com dotação orçamentária de R\$ 6,7 bilhões e taxa fixa de juros de 9%, o Programa terá prazo de vigência até 31 de dezembro de 2012. Além do setor de autopeças, incluído na nova versão, o BNDES Revitaliza apoiará investimentos dos segmentos de bens de capital, têxtil e confecção, calçados e artefatos de couro, *software*, prestação de





serviços de tecnologia da informação, pedras ornamentais, beneficiamento de madeira, beneficiamento de couro, móveis de madeira, frutas *in natura* e processadas e cerâmicas.

No campo normativo-institucional, também devem ser ressaltadas diversas medidas de simplificação, desburocratização e modernização da Receita Federal do Brasil e do Tesouro Nacional. Dentre essas medidas, destacam-se o Novo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), a digitalização dos balanços e a estruturação fiscal digital tanto do PIS/Cofins quanto do IPI. Relativamente ao desenvolvimento financeiro, destaques para: i) a aprovação do cadastro positivo, que ajudará a reduzir os juros praticados pelo sistema financeiro; ii) a desoneração tributária dos rendimentos de títulos privados utilizados para financiar investimentos de longo prazo, sobretudo infraestrutura; e iii) o estímulo tributário à renegociação privada de dívidas bancárias em atraso.

Outros avanços institucionais estão relacionados à concessão de aeroportos para iniciativa privada, com participação minoritária do Governo por meio da Infraero, bem como à aprovação da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC). A nova Lei do SBDC, que passará a vigorar após 180 dias da sua publicação, reestrutura todo o sistema de defesa da concorrência de modo a unificar o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça – hoje órgãos independentes – em uma só estrutura, além de tornar prévia a notificação dos atos de concentração.

A economia brasileira, portanto, apresenta fundamentos sólidos e, diferentemente, do observado em vários países, possui instrumentos para manter uma trajetória de crescimento sustentável, com responsabilidade fiscal, e sem desequilíbrios inflacionários ou externos. Como consequência, em 2011, o Brasil se tornou a 6ª maior economia do mundo, posicionando-se à frente do Reino Unido. Projeções de organismos mundiais indicam que o Brasil poderá ser a 5ª maior potência mundial em um futuro próximo.

Outros resultados, além da mudança de posição no *ranking* das economias globais, atestam o sucesso das políticas econômicas adotadas. No plano fiscal, mesmo promovendo incentivos e desonerações, a situação brasileira é digna de registro. O endividamento líquido do setor público continua em trajetória decrescente tendo encerrado o ano de 2011 com valores próximos a 37% do PIB. Também vem melhorando a qualidade da dívida pública, medida pela sua denominação e maturidade.

No ambiente atual de recorrentes volatilidades nos mercados financeiros internacionais, a situação privilegiada das contas públicas do País representa uma importante proteção macroeconômica, permitindo, assim, a diferenciação da situação do Brasil em comparação com a de outros países. Tal realidade foi reconhecida no plano internacional quando, no início de novembro de 2011, a demanda pelos títulos soberanos brasileiros emitidos nos mercados europeu e norte-americano foi significativamente superior ao volume ofertado pelo Tesouro Nacional. Seguindo esse comportamento, no início de 2012, novas emissões soberanas também apresentaram demanda elevada para os nossos títulos.

As contas externas encerraram o ano com significativa expansão do saldo comercial, que atingiu US\$ 29,8 bilhões, o maior resultado desde 2007, com alta de mais de 45% ante o saldo de 2010. O Brasil conseguiu ultrapassar a marca inédita de US\$ 250 bilhões de exportações. Contribuiu para esse resultado a eficiência e produtividade de nosso setor de *commodities*, que compensou as dificuldades de exportações de manufaturados, fortemente atingidas pela crise internacional.

O déficit em transações correntes assumiu trajetória levemente declinante ao longo do ano, chegando a 2% do PIB. O financiamento veio de diversas fontes, como empréstimos, créditos comerciais, investimentos em ações e, principalmente, os investimentos diretos (IED), que foram recordes em 2011, ultrapassando US\$ 65 bilhões mesmo com o agravamento da crise mundial. Tal montante foi mais que suficiente para financiar o déficit em transações correntes, mantendo a solidez de nossas contas externas.





Em relação à dinâmica da inflação, o ano que passou foi marcado pelo impacto dos preços das *commodities* em âmbito mundial, fenômeno que levou ao descumprimento das metas de inflação por diversos países que as adotam. Frente à ameaça inflacionária, o Governo brasileiro agiu tempestivamente e reprimiu a aceleração dos preços e sua difusão, que poderiam comprimir o poder de compra dos salários e prejudicar as expectativas e os investimentos do setor privado. Assim, a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o ano em 6,5%, dentro do intervalo de tolerância estabelecido pelo regime de metas de inflação. O mais importante, desde maio de 2011, é que a inflação tem permanecido, em média, em 0,39% ao mês e, de acordo com o último Relatório de Inflação do Banco Central do Brasil, a inflação esperada para 2012 no cenário de referência deve ficar em 4,7%.

Com esses resultados, o Brasil consolidou-se como um dos países que mantém sólidos indicadores econômicos, inspirando confiança, fato demonstrado pela melhoria da nota das maiores agências de classificação de risco, enquanto a maioria dos países e bancos estrangeiros sofreu rebaixamentos.

Ademais, a solidez dos indicadores macroeconômicos dá suporte ao aumento dos investimentos que, por sua vez, são necessários para sustentar taxas mais elevadas de crescimento em períodos mais longos. As perspectivas para os investimentos nos próximos anos seguem favoráveis, pois, diferentemente do verificado em outras economias, há no Brasil diversas oportunidades rentáveis, tanto setoriais – exploração de petróleo e gás na camada Pré-Sal, por exemplo – quanto em infraestrutura – com destaque para os preparativos dos eventos esportivos.

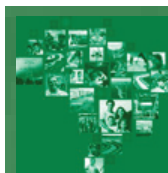
Para ilustrar, o Brasil, junto com a China, é o País que apresenta atualmente os maiores projetos de infraestrutura do mundo nos setores elétrico, aeroportuário, ferroviário e naval. A expansão dos investimentos no ano de 2011, embora inferior à observada em 2010, foi suficiente para manter a taxa de investimento próxima aos 20% do PIB.

A difusão do investimento, seja setorial ou regional, constitui importante atributo para o País manter ritmo sustentado de atividade econômica, geração de emprego e crescimento da renda. A expansão dos investimentos também reforça a solidez do nosso mercado interno, que segue como principal determinante para o crescimento econômico. As vendas do comércio varejista, por exemplo, elevaram-se, em 2011, a taxas próximas a 7%, impulsionadas pelo crescimento da renda e da massa salarial. O consumo também foi estimulado pelo crédito, que atingiu quase R\$ 2 trilhões, cerca de 48% do PIB.

O Congresso Nacional contribuiu para esse fortalecimento da estabilidade econômica, aprovando medidas importantes como a Desvinculação das Receitas da União (DRU), a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29 (gastos com saúde) e a manutenção das regras para os aposentados, além do salário mínimo e dos vencimentos dos servidores dos três Poderes.

Esses resultados positivos, ao mesmo tempo em que dão segurança para manter a direção da política econômica, trazem o desafio para avançarmos ainda mais. É necessário, nesse momento de crise internacional, criar oportunidades para levar o Brasil a uma era de prosperidade.

Vamos enfrentar todos os desafios para que uma possível piora no cenário mundial não nos traga maiores problemas. Ficou longe no tempo aquela fase denominada de década perdida. Estamos entrando, sim, em um período de décadas de avanço e não queremos ter um só momento perdido. Essa mudança não se deu por acaso e não vai ser nenhum acaso que vai nos tirar desse caminho. Com planejamento e políticas acertadas estamos conseguindo proteger a nossa economia, os nossos setores produtivos e, sobretudo, o emprego dos brasileiros. Mas tudo isso só faz sentido se conseguirmos melhorar a qualidade de vida dos brasileiros e, especialmente, daqueles mais necessitados.





Nesse sentido, os resultados de 2011 também são dignos de nota. Enquanto países enfrentam dificuldades para a criação de empregos, a taxa de desemprego no Brasil atinge patamares mínimos da série histórica. Ademais, a criação de empregos continuou expressiva, alcançando quase 2 milhões de postos formais de trabalho.

Diante da realidade descrita, constata-se que o atual modelo de desenvolvimento da economia brasileira privilegia o crescimento com inclusão social, a melhora na distribuição da renda e o aumento no poder aquisitivo do trabalhador. O crescimento da massa salarial, sempre acima do crescimento do PIB, ocorre tanto pela ampliação das pessoas ocupadas quanto pelos ganhos reais nos rendimentos dos trabalhadores. Não apenas o número de postos de trabalho tem aumentado; também a qualidade do emprego vem sendo melhorada. Evidência disso é o crescimento contínuo da taxa de formalização da economia, que revela as melhores condições dos trabalhadores e a diminuição do trabalho informal e precário.

Crescimento inclusivo também significa tornar o crédito acessível a todos. O mercado interno foi estimulado, entre outros fatores, pela expansão do crédito, que cresceu cerca de 17% em 2011. O crescimento inclusivo tem possibilitado também a realização do sonho da casa própria dos brasileiros. A expansão do crédito habitacional apresentou desempenho excepcional nos últimos três anos, ampliando a oferta de novas moradias e aprimorando os instrumentos do mercado financeiro.

Porém, o grande objetivo da política social é eliminar a extrema pobreza no País. O Brasil conseguiu reduzir a pobreza pela metade em pouco menos de oito anos, antecipando-se às Metas do Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas. Atualmente, o País apresenta a menor taxa de pobreza de sua história, e a taxa de pobreza extrema, apesar de ainda elevada, conta com políticas firmes para a sua rápida eliminação.

Para continuar avançando na melhora dos indicadores sociais e, principalmente, com vistas a eliminar a extrema pobreza no País, o Governo lançou o Plano Brasil Sem Miséria, que visa elevar a renda e as condições de bem-estar de 16,2 milhões de pessoas com renda familiar *per capita* mensal de até R\$ 70 em todo o território nacional. Para tanto, o Programa Bolsa Família foi reforçado e a rede de proteção social foi ampliada. Ou seja, reconhecendo que a situação da pobreza é multidimensional, o Brasil Sem Miséria atua sob a ótica da intersectorialidade e transversalidade, agregando os seguintes eixos de atuação: garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva.

Sabendo que a população extremamente pobre é ainda mais difícil de ser alcançada, o Plano desenvolveu uma nova estratégia: a Busca Ativa, cujo objetivo é a identificação, por parte do Estado brasileiro, de pessoas extremamente pobres. Com efeito, essas famílias mais vulneráveis ainda não atendidas serão localizadas, registradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e incluídas de forma integrada nos mais diversos programas de acordo com as suas necessidades.

Em 2011, foram incluídas 407 mil famílias no CadÚnico, sendo que 325 mil destas, cerca de 80%, já estão recebendo os benefícios pagos pelo Bolsa Família. Tal resultado não teria acontecido sem a forte articulação com os demais entes federativos. Foi essencial a mobilização dos Estados e Municípios, que estão integrando seus programas de transferência de renda ao Bolsa Família, para complementar o valor dos benefícios financeiros.

Também considerada uma das estratégias do Brasil Sem Miséria para estimular a inclusão produtiva da população extremamente pobre e dos microempreendedores individuais, o Governo lançou o Crescer – Programa Nacional de Microcrédito, que ampliará fortemente o microcrédito produtivo orientado no País. A meta é alcançar, já em 2013, 3,5 milhões de microempreendedores. Estes terão acesso a uma linha de financiamento de até R\$ 15 mil, a uma taxa de juros de 8% ao ano, quando contratada em bancos públicos federais.





Para ampliar as oportunidades de formação e qualificação técnica e profissional dos estudantes e trabalhadores brasileiros, cabe destacar a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). A educação profissional é estratégica para promover o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decentes. Dessa forma, até 2014, serão investidos R\$ 24 bilhões para ampliar em 8 milhões de vagas os cursos de formação inicial e continuada, também conhecidos como cursos de qualificação, e os técnicos de nível médio.

Outra iniciativa na direção do apoio aos mais necessitados foi o lançamento do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite. De acordo com o Censo 2010, as pessoas com deficiência representam 23,91% da população brasileira, totalizando 45,6 milhões de pessoas. Com ações estruturantes de acessibilidade incluídas no âmbito desse Plano, esses brasileiros se tornarão cada vez mais capazes de ter uma vida plena.

Como dito anteriormente, 2011 foi um ano desafiador; mas, apesar das dificuldades, foi um bom ano. E 2012 será ainda melhor: iniciou-se com forte aumento do salário mínimo, redução de impostos, retomada do crédito, taxa de câmbio favorável, e aumento dos investimentos. Tudo isso mantendo a estabilidade econômica como valor absoluto.

Espera-se ainda, em 2012, elevação no investimento público após ajustes e reprogramações realizados no ano passado. Consolidando a política de valorização de longo prazo, o salário mínimo foi reajustado de R\$ 545 para R\$ 622 já a partir 1º de janeiro de 2012, significando aumento real de mais de 60% no período de 2003 até janeiro de 2012, reforçando o crescimento com inclusão social.

Será 2012 também um ano de consolidação de programas lançados no ano anterior, com destaque para o Plano Brasil Sem Miséria. Já foram liberados recursos para a construção de 1,5 mil creches e pré-escolas, e estamos na fase final de seleção de mais 1,5 mil novas creches para 2012.

No campo da saúde, os Programas Melhor em Casa e SOS Emergência continuarão, respectivamente, levando assistência médica de qualidade, na própria casa de milhões de brasileiros, além de melhorar o atendimento nos principais pronto-socorros do País. Em sintonia com os desafios contemporâneos, estamos implantando, com investimentos estimados em R\$ 4 bilhões, o Programa Crack, é possível vencer, que dará assistência médica, social e pedagógica aos dependentes da droga e suas famílias; e também combaterá, de forma vigorosa, o narcotráfico.

Em síntese, todos esses elementos continuarão garantindo que o Brasil seja um dos poucos países do mundo que consegue, ao mesmo tempo, crescer com estabilidade, distribuir renda, diminuir a desigualdade, aperfeiçoar a democracia e fortalecer suas instituições.

